

Oportunidades e desafios do envelhecimento

O envelhecimento das populações é, hoje, um fato incontestável em praticamente todo o mundo. Pela primeira vez na História, o ser humano convive com o envelhecimento como uma experiência coletiva e não mais como vivência rara e solitária, fruto da sorte, de uma boa genética ou do cultivo da moderação. Caracterizado por um lado pelo aumento da longevidade e, por outro, pela diminuição das taxas de natalidade, o envelhecimento populacional atual resulta de um processo acumulativo e gradual de avanços científicos e tecnológicos.

Em tempos recentes, a melhoria dos modos de vida nas cidades e no estilo de vida de homens e de mulheres, o aperfeiçoamento da saúde materno-infantil, a universalização do uso de antibióticos e vacinas, os avanços nos métodos diagnósticos e de reabilitação e o surgimento de novas instituições e práticas sociais talhadas para o atendimento das necessidades da crescente população idosa são os principais marcadores socioculturais do envelhecimento populacional.

No entanto, há limites à eficácia da cultura para promover o desenvolvimento e a reabilitação das perdas e do declínio associados à velhice: os mais velhos são menos responsivos aos recursos culturais, uma vez que sua plasticidade comportamental e sua resiliência biológica declinam com a idade. Dessa forma, em todo o mundo, o envelhecimento populacional está exigindo

investimentos cada vez mais pesados em soluções sociais no âmbito do cuidado, da vida familiar, dos sistemas de previdência e saúde, da qualidade do ambiente construído, das tecnologias de informação e de saúde e na cura e na prevenção de doenças atualmente incuráveis ou de difícil reabilitação.

Essas questões são universais, é certo, mas são extremamente sensíveis às condições contextuais que compõem o cenário do envelhecimento populacional em cada país. Consideremos o caso do Brasil, onde o envelhecimento da população está ocorrendo em prazo relativamente curto, em comparação com o observado em países europeus. Mais que isso, aqui ele ocorre num contexto de forte desigualdade social, que impregna a vida social e política dos cidadãos e impõe sacrifícios adicionais aos seus membros mais vulneráveis, entre os quais figuram os idosos. A grande maioria deles são pobres, com baixo nível educacional, escasso capital e *status* social, baixo poder político e grande vulnerabilidade a doenças crônicas e a várias incapacidades. Na medida em que a relativa exclusão de boa parcela dos idosos da participação social faz pouca diferença para os que detém o poder, poucos se importam, de fato, com suas necessidades.

Prevê-se que, nos anos 2030, a população brasileira acima de 60 anos será mais numerosa do que a de 0 a 19 anos, e que, nos anos subsequentes, o desequilíbrio numérico entre elas tenderá a aumentar. É curioso observar que as Universidades e as profissões parecem não atentar para como, num futuro bem próximo, as mudanças já em curso na estrutura da população poderão influenciar as carreiras e as ocupações no campo da saúde.



A sociedade vai precisar de menos creches e pré-escolas e mais moradias especializadas para idosos; de menos pedagogos e professores de ensino fundamental e mais cuidadores de idosos; de menos psicólogos infantis e mais psicólogos de família e neuropsicólogos especializados em velhice; de menos professores de educação física especializados em *fitness* e beleza para jovens e mais de profissionais capazes de promover a manutenção e a melhoria das capacidades físicas dos adultos e dos idosos; de menos pediatras e mais geriatras. A ideia não é de inversão, mas de mudança na proporção dos profissionais, dependendo das diferentes necessidades.

Se os profissionais que cuidam dos idosos não se deixassem afugentar pelo baixo *status* dos idosos e, quem sabe, pelo medo de lidar com a grande incógnita que é o fim da vida, e se não mais generalizassem o baixo prestígio dos velhos, é bem provável que os cursos de formação preparariam mais pessoas para as profissões que, num futuro próximo, serão mais necessárias para atender as pessoas que envelhecem, dentro de um sistema de saúde desejavelmente público, de boa qualidade, voltado primeiro para a atenção básica e depois para as especialidades.

Ao contrário disso, o que se vê é a extrema indigência da maior parte dos currículos acadêmicos em oferecer oportunidades para a aquisição de informações e de habilidades profissionais para atender os mais velhos.

Uma minoria de Universidades brasileiras tem tradição de oferta de estágios, internatos e residências, não só em

Geriatria como também nas outras profissões da saúde. Os serviços públicos e privados de saúde engatinham na abertura de vagas para os profissionais do envelhecimento.

A população não está informada sobre o que eles fazem e oferecem. Os próprios estudantes universitários parecem não se dar conta de que a evolução de sua carreira ocorrerá nos 40 anos vindouros, quando a realidade será diversa daquela em que seus professores atuam. Não fosse a sucumbência ao conhecido e, em certa medida, ao ilusório, os jovens poderiam ser mais críticos e mais exigentes com relação ao que diz respeito ao seu futuro.

Enquanto esses devaneios se concretizam ou não se concretizam em medidas práticas, é útil lembrar que os demógrafos encarecem a necessidade de o Brasil aproveitar a “janela demográfica”, aberta até cerca dos anos 2050, período em que ainda teremos uma população jovem mais numerosa do que a idosa. Por mais paradoxal que possa parecer, o recurso por excelência para aproveitar essa janela de oportunidade será ofertar às crianças e aos jovens uma educação fundamental de boa qualidade. O segredo é que, no futuro, se eficaz, ela poderá funcionar como elemento propulsor de riqueza e produtividade, que garantirão o sustento dos idosos.

Numa população com múltiplas necessidades, acompanhar o progresso do envelhecimento populacional envolve assumir metas e tarefas de curto, médio e longo prazo nos domínios da saúde, da educação permanente, da criação de ambientes físico e socialmente amigáveis, da adoção de políticas justas de proteção social, da promoção da igualdade social e do respeito às liberdades individuais, com base no mote da Organização Mundial da Saúde, segundo a qual “*Uma sociedade boa para os idosos é boa para todas as idades*”.